

Edição Especial sobre Luta no Campo

Abril 2019

Ano: XXIV N° 6607

Mala Direta  
Básica

9912293447/17-DR/BSB  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Correios



# PT na Câmara

*17 de Abril*

## Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária



Foto: Sebastião Salgado

AS VEIAS ABERTAS  
DO CONFLITO AGRÁRIO

# Reforma Agrária: direito do povo, fator de desenvolvimento

Neste 17 de abril, quando se completam 23 anos do Massacre de Eldorado do Carajás, acende-se um alerta para todos os movimentos sociais e populares engajados na luta para garantir o direito à terra e à propriedade. Todos os avanços conseguidos nessas quase duas décadas e meia em termos de Reforma Agrária e apoio à agricultura familiar estão sob ameaça, com o governo de extrema direita Jair Bolsonaro.

Exemplos de retrocessos não faltam nesses 100 dias de governo oligárquico. Paralisou-se o processo de Reforma Agrária e de demarcação de terras indígenas e quilombolas, como parte de um pacote de maldades contra nosso povo. Essas áreas foram transferidas para o Ministério da Agricultura, que nada tem a ver com elas. É uma sinalização clara de um governo elitista que quer agradar às oligarquias que ajudaram a elegê-lo. A suspensão das vistorias de terras para a Reforma Agrária equivale a jogar combustível em uma situação já tensa no campo.

A violência no campo, com o assassinato de trabalhadores rurais, aumenta, e o governo nada faz para contê-la. Pelo contrário, sinaliza apoio, ao nomear gente como Luiz Nabhan Garcia como Secretário de Assuntos Fundiários, órgão responsável pela demarcação de terras e a Reforma Agrária. Trata-se do ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), já investigado por ligações com milícias privadas criadas para combater o MST.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, em 1980, tem como uma de suas bandeiras principais a Reforma Agrária, a preservação do meio ambiente e o enfrentamento ao latifúndio e à propriedade improdutiva. A própria Constituição de 1988 é clara no tocante à função social da propriedade, uma conquista das democracias moder-

nas à qual resistem as oligarquias brasileiras, movidas por um ideário feudal da Idade Média.

Democratizar a terra significa aumentar as oportunidades de trabalho e renda no campo, mas esse avanço é considerado um tabu pelos conservadores.

Nos governos do PT, de 2003 até o golpe de 2016, a Reforma Agrária ganhou um impulso histórico. Os números são superlativos em se tratando de um País que desde a conquista portuguesa tem uma história marcada pelo latifúndio. Lula e Dilma promoveram um número recorde de assentamentos, segundo dados do Incra: 771 mil famílias receberam o título de propriedade de terras, mais da metade do total de beneficiados em toda a história da reforma agrária no Brasil. Foram criados 3.902

assentamentos em todo o Brasil, somando 51 milhões de hectares – o equivalente a 56% de todas as terras já disponibilizadas para a Reforma Agrária na história do País.

Ao contrário de governos anteriores, os assentados passaram a contar com crédito, assistência técnica, construção e reforma de moradias, instalação de água e luz elétrica, entre outras melhorias. Não só o direito à terra foi garantido, mas também o direito de plantar, cultivar, colher, comercializar e viver com dignidade.

Diante dos avanços conquistados, nós, do PT, vamos nos aliar aos movimentos sociais e populares para não permitir nenhum retrocesso. Os brasileiros que lutam contra a exclusão ou o acesso precário à terra nada mais fazem do que lutar por uma vida digna no campo. Nossa luta é para conquistar um Brasil próspero, justo, desenvolvido e com igualdade de oportunidades para todo o seu povo.

**Paulo Pimenta (PT-RS)** é deputado federal e líder do partido na Câmara

---

**“A violência no campo aumenta e o governo nada faz para contê-la”**

---



# Núcleo Agrário do PT na Luta e na resistência contra os retrocessos de Bolsonaro

O deputado **João Daniel (PT-SE)** assumiu a coordenação do Núcleo Agrário do PT na Câmara e terá muitos desafios para enfrentar – juntamente com a Bancada do PT – para resistir aos retrocessos de Bolsonaro na agricultura familiar, na reforma agrária, na liberação do uso de agrotóxicos, na perseguição aos movimentos sociais, na demarcação de terras indígenas e quilombolas. Nesta entrevista ao PT na Câmara, João Daniel fala dos desafios e afirma que o Massacre de Eldorado do Carajás ainda está vivo na memória da violência praticada no campo.



Leia a íntegra da entrevista:

## PT na Câmara - Quais são os desafios do Núcleo Agrário durante o governo de Bolsonaro?

**João Daniel** - O Núcleo tem um papel muito importante. Nosso grande desafio é enfrentar uma política antirreforma agrária, antiagricultura familiar de Bolsonaro. É dar apoio, solidariedade e lutar pelo fortalecimento da luta dos movimentos e da bandeira da reforma agrária, das demarcações das terras indígenas e do reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

## Dia 17 de abril completam-se 23 anos do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará. Os conflitos agrários e mortes no campo aumentaram. O senhor avalia que esse cenário deve se agravar?

Não temos dúvida que sim. Infelizmente, esta é uma realidade, e a memória e a história de todos os que tombaram, principalmente no massacre de Eldorado do Carajás, nos exige muito compromisso e muita disposição para enfrentar esta conjuntura.

## Desde o golpe de 2016, o País enfrenta retrocessos na política agrária no Brasil. Qual tem sido a política do governo para a agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais?

Até o momento o governo mostrou o fim de todos os programas, e aqueles que não acabaram foi graças à luta e mobilização, a exemplo do que estamos lutando com relação ao programa de saúde dos povos indígenas, que tinha sido feito o anúncio e, graças à mobilização, temos esperança que não acabe. Porém não há nenhum projeto desse governo que não seja ligado aos interesses

das grandes empresas, do agronegócio e da desconstrução dos movimentos sociais.

## Como tem atuado o Núcleo Agrário, junto com a Bancada do PT, para evitar a ampliação da liberação dos agrotóxicos?

O governo e o Ministério da Agricultura têm sido coniventes, e representantes das empresas de agrotóxicos estão liberando, sem nenhum compromisso com a saúde pública e o meio ambiente, todas as reivindicações das empresas de agrotóxicos do mundo. Só este ano já foram mais de 100 liberações de produtos, alguns que são proibidos em vários países e que, comprovadamente, causam problemas gravíssimos à saúde humana e à natureza. Temos esperança que o Congresso Nacional possa aprovar em plenário a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA).

## Como enfrentar as ações repressoras por parte do Estado, uma vez que o governo criminaliza os movimentos sociais?

Os movimentos sociais compreendem o momento atual da conjuntura e organizam, sim, a resistência e a luta diante da conjuntura. Neste momento é uma grande batalha a Reforma da Previdência, a construção do 17 de abril - Dia Internacional de Lutas pela Reforma Agrária -, o 1º de maio, com calendário de luta e mobilização no Brasil inteiro, a campanha pela libertação do presidente Lula. E nós estamos convencidos que teremos que realizar lutas e mobilizações. E a própria contradição do governo, inclusive com a bancada ruralista, pode criar um novo momento no País.

# Agricultura familiar e meio ambiente são atacados

Parlamentares do Núcleo Agrário do PT na Câmara neste 17 de abril, Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária, fazem uma avaliação sobre a temática da terra no Brasil, especialmente no governo Bolsonaro. Os deputados e deputadas criticam retrocessos e medidas que atacam a soberania nacional e que prejudicam o setor agrícola brasileiro, principalmente os pequenos agricultores, com perdas para carne, trigo, soja e leite nacionais. Reprovam a Reforma da Previdência, que eles consideram perversa com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, que na sua maioria não terão como contribuir por 20 anos com R\$ 600/ano. Eles protestam ainda contra a liberação exagerada de agrotóxicos, uma vez que em três meses foi autorizada a entrada de mais de 100 novos venenos no Brasil, além de cobrarem a retomada da Reforma Agrária e o incentivo para a permanência da juventude no campo.



## Beto Faro (PA)

A venda de terras para estrangeiros torna-se ainda mais preocupante para garantir a soberania nacional. O assunto vem sendo discutido na Câmara para que haja um novo marco regulatório.

Porém, a liberalização da compra de terras por estrangeiros se soma às agroestratégias neoliberais que visam remover obstáculos jurídico-formais e colocar os territórios tradicionalmente ocupados à disposição do mercado de terras e das corporações transnacionais do agronegócio e da mineração.

## Bohn Gass (RS)

A agricultura brasileira está em perigo: as asneiras de Bolsonaro já causam perdas para carne, trigo, soja e leite nacionais. A mais afetada, contudo, não é a agricultura empresarial, mas a familiar. Com o fim do MDA, não há políticas específicas, os créditos foram reduzidos, as compras públicas acabaram, a assistência técnica pública está sem orçamento e, como se não bastasse, ainda se quer acabar com a Previdência rural e a nossa comida está sendo, cada vez mais, envenenada.



## Carlos Veras (PE)

A criminoso Reforma da Previdência, incluindo a MP 871/19, é ainda mais perversa com as trabalhadoras e trabalhadores rurais. A maioria das agricultoras e agricultores familiares, responsáveis pela garantia da soberania alimentar e nutricional do País, não tem condições de contribuir por 20 anos com R\$ 600/ano. Muitos terão sua atividade rural desconsiderada e precisarão recorrer ao BPC. Seguiremos na resistência contra a desconstrução de conquistas da classe trabalhadora.



## Célio Moura (TO)

A Reforma Agrária é uma necessidade nacional. Só no Tocantins, mais de mil e quinhentas famílias estão na beira da estrada, embaixo da lona preta, clamando pela tão almejada reforma. É dever do governo assentar as famílias de trabalhadores rurais de todo o Brasil, em dignas condições, para que se fortaleça a agricultura familiar, com a ampliação da produção saudável, circulação e consumo de alimentos, combatendo o conflito no campo e respeitando a Constituição.



## Frei Anastácio (PB)

De 2016 até agora, o Brasil passa por um ataque violento com a liberação desenfreada de agrotóxicos. O governo Bolsonaro já liberou a importação de mais de cem tipos de agrotóxicos, em apenas cem dias de gestão. Estão envenenando o País. Já existe uma média de 7 quilos de veneno por habitante e a ministra da Agricultura ainda diz que agrotóxico é a saúde das plantas. Por isso, estou propondo a criação do Dia Nacional de Combate ao Uso de Agrotóxicos (PL 2.196/19).



## José Airton (CE)

A situação do setor pesqueiro no Brasil nunca foi fácil, e desde o fim do Ministério da Pesca a atividade pesqueira tem sido deslocada para ministérios que em nada têm contribuído para o avanço do setor no Brasil. Os pescadores estão sofrendo com o não pagamento do seguro-defeso. Fizemos uma série de articulações para superar essa questão, mas infelizmente já se passaram meses, e não se chegou a uma conclusão. Precisamos encontrar uma solução.



# Das maldades e retrocessos do governo Bolsonaro



## Marcon (RS)

O golpe contra Dilma também foi para paralisar a reforma agrária, que nunca avançou tanto como nos governos do PT. Não bastasse a paralisação completa dessa política, sem a

criação de um assentamento sequer pelo governo Temer, Bolsonaro não quer fazer a reforma agrária. Por isso, transferiu o Incra do Ministério da Justiça para o da Agricultura, da Tereza Cristina, porque ela também não quer a Reforma Agrária, o seu interesse é apenas na expansão do agronegócio. É tempo de resistência e luta!



## Patrus Ananias (MG)

Reduzir o Ministério do Desenvolvimento Agrário a uma secretaria do Ministério da Agricultura, cuja tradição é administrar o agronegócio que visa o lucro, é entregar a Reforma

Agrária aos grandes proprietários de terra no Brasil. Para agravar, o desgoverno Bolsonaro extingue o Consea e compromete as políticas públicas que retiraram o Brasil do Mapa da Fome, aumentando ainda mais a pobreza no Brasil. É o desgoverno que destrói conquistas e direitos.

## Rogério Correia (MG)

Em Brumadinho o dilema das famílias de agricultores é muito grave e toda a população perde com essa situação. A zona rural do município possuía uma atividade rural muito dinâmica, tanto em área agricultável, quanto na atividade de turismo. A Vale S.A. custa reconhecer os direitos dessa população, não apenas em Brumadinho mas em toda bacia do rio Paraopeba. Estamos buscando garantir todos os direitos desses agricultores enquanto permanecer esse rastro de lama e destruição na região.



## Leonardo Monteiro (MG)

Está liberado o envenenamento da população. O governo liberou mais de 60 agrotóxicos na última semana que são proibidos no mundo todo. Durante todo o governo do Bolsonaro foram autorizados mais de 100 produtos que comprometem o País como um todo. A vida do agricultor, das águas e do solo estão comprometidas. Bolsonaro vai na contramão do desenvolvimento sustentável e do que praticam outros países: privilegia agrotóxicos e prejudica a agricultura familiar! É mais veneno na mesa do povo brasileiro!



## Natália Bonavides (RN)

A educação no campo vem sofrendo diversos ataques no governo Bolsonaro. Os cortes orçamentários, o fechamento de escolas rurais, o desmonte do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) são expressão de uma política de retrocessos e de criminalização dos movimentos



sociais e de alinhamento do atual governo com os interesses do agronegócio. Nossa juventude rural tem sido obrigada a deixar o campo por falta de políticas públicas.

## Paulo Guedes (MG)

Minas Gerais, como maior produtor de leite do País, será o mais afetado com o fim da barreira tarifária, com significativa redução da demanda interna. Como se não bastasse, o fim da subvenção à energia elétrica rural vai recair sobre pequenos agricultores irrigantes,



que terão que arcar com aumento no valor da conta de energia. Precisamos ficar atentos a essas medidas cruéis de Bolsonaro para o setor rural, que podem levar a nossa economia e a nossa produção ao colapso.

## Zé Carlos (MA)

Em tempos de retirada de direitos, que reforçam a linha autoritária de Bolsonaro governar, foram assinados decretos que extinguem conselhos de representatividade social, com o intuito de inibir a participação popular em seu governo. Discussões sobre a criação de políticas públicas que atingem os quilombolas, as comunidades tradicionais e as quebradeiras de coco, por exemplo, ficarão completamente fragilizadas. Lutamos para que o Estado possa formular políticas públicas e a sociedade civil executá-las.



# Faleiro vivenciou a chacina e relembra 23 anos depois o massacre em Eldorado do Carajás

LULA MARQUES

O Massacre da Curva do S, em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 17 de abril de 1996, ocorreu numa conjuntura em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protestava e reivindicava direitos para os assentamentos e acampamentos, quando de forma inesperada a Polícia Militar executou 19 trabalhadores rurais. A ação deixou outras 60 pessoas feridas.

Chamo de execução porque não há outra forma de definir este terrível massacre promovido por 149 policiais militares fortemente armados contra pessoas desarmadas que reivindicavam seus direitos. Os depoimentos das testemunhas e os registros visuais, fotos e vídeos, são claros. A polícia disparou contra a manifestação e depois perseguiu os manifestantes que tentavam se proteger. Muitos foram executados na mata, longe do local da manifestação.

Nesse massacre eu tive a infelicidade (porque nunca pensei que passaria por isso), de estar no local de conflito logo após o ocorrido. À época, eu era diretor sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e fui lá acompanhar em nome da Confederação. Foi a pior coisa que já vivi em minha vida. Estar ali naquele ambiente de terror, medo e tristeza foi muito chocante. Tive que ajudar a procurar corpos no meio da mata. Muitos trabalhadores estavam desaparecidos. O clima era de muito desespero. Encontramos muita gente com vida, com ferimentos, mas com vida. Outros, infelizmente, encontramos mortos com seus corpos destroçados pelas balas. Uma imagem muito forte que ficou na minha cabeça foi aquele caminhão chegando em Marabá



com 19 corpos estraçalhados a tiros, com semblante de quem estava saindo de uma guerra, só que uma guerra de gente desarmada com policiais armados.

O massacre foi a reação do latifúndio que se sentia com todo o poder. Sentia-se na posição de pensar que todas as terras teriam que lhe pertencer. Consideravam-se donos até mesmo das terras públicas.

Sabemos que a região do Sul e Sudeste do Pará sempre viveu e ainda vive uma guerra onde muita gente foi e é assassinada. Lideranças de diversos segmentos, trabalhadores e ativistas foram e continuam sendo assassinados em massacres ou emboscadas. No entanto, acho que o massacre em Eldorado do Carajás foi o mais drástico, o mais condenável pela sociedade.

Estamos vivendo na atual conjuntura mais uma onda de violência. Uma onda de novos massacres contra indígenas, contra lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens, contra lideranças rurais, lideranças sindicais, ambientalistas e ativistas de direitos humanos.

O que me preocupa é que esse aumento da violência, esse incentivo ao ódio e ao ataque

contra os mais fracos, encoraja novos assassinatos. Os conflitos não serão mais resolvidos dentro da legalidade, dentro da normalidade, mas pela morte e pelo terror.

Portanto, fica aqui o nosso protesto com o que ocorreu em Eldorado, que completa 23 anos. Fica também a nossa indignação com esse incentivo oficial do ódio, a atos de violência em que sempre os pobres e mais fracos são as vítimas.

**“Uma imagem muito forte que ficou na minha cabeça foi do caminhão com 19 corpos estraçalhados a tiros”**

**Airton Faleiro (PT-PA)** é deputado federal





## 100 dias do governo Bolsonaro: ataques sistemáticos contra o Meio Ambiente

O governo de Bolsonaro pode ter completado apenas pouco mais de 100 dias, no entanto podemos afirmar sem sombra de dúvidas que se trata de um momento dramático na luta pela defesa do Meio Ambiente. São diversas as frentes de ataque à preservação ambiental, várias delas lideradas pelos próprios agentes públicos incumbidos de defendê-la, as quais mostram o tamanho do desafio e da necessidade de mobilização permanente do Parlamento, da sociedade civil e entidades que atuam neste tema a unir esforços no combate a retrocessos.

Em menos de quatro meses, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, concedeu 152 licenças para registros de novos agrotóxicos para uso no território brasileiro, alguns deles considerados altamente tóxicos pela comunidade científica internacional e banidos em importantes mercados consumidores, como o europeu e o norte-americano. Sob o argumento de aumentar a produção, o governo patrocina o envenenamento do alimento que vai para a mesa dos brasileiros e, em longo prazo, contribui para a perda de mercado do agronegócio brasileiro, uma vez que a tendência mundial é de redução do agrotóxico e do consumo consciente.

Outro flanco que exige atenção é a tentativa de flexibilização do Código Florestal por meio da MP 867, que conta com a simpatia do governo Bolsonaro e está em debate por uma comissão mista. Emendas da bancada ruralista pretendem dinamitar o grande consenso nacional estabelecido pelo Código Florestal em torno da necessidade de buscarmos a recomposição ambiental de áreas degradadas por

formas de produção predatórias. A concretização das emendas pode significar o desmonte de uma conquista histórica para o Meio Ambiente, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Os povos indígenas e quilombolas estão sofrendo um ataque sem precedentes sobre seus direitos. Bolsonaro declarou que não demarcará um centímetro de terra em prol dos indígenas. Questionei em audiência pública o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre as políticas da pasta em relação aos povos tradicionais e o que recebi foram respostas evasivas, sem compromissos definidos e menções ao combate a possíveis doutrinações e políticas

dominadas por ideologias de esquerda que inexistem, fruto de delírios de uma extrema direita odiosa que sonha com um país sem direitos para quem não é branco, homem ou pobre.

É urgente unirmos todos os que defendem o meio ambiente e a perspectiva de um mundo mais justo e sustentável para resistir à política de terra arrasada que estão tentando impor ao Brasil. A luta pela sanção da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos, aprovada pela Câmara no final de 2018, é um passo importante para conter a ameaça da expansão incontida dos agrotóxicos no País, bem como a união em torno da garantia de direitos aos povos da floresta, do campo, indígenas, quilombolas e demais grupos sociais que veem, pela primeira vez em muito tempo, políticas ambientais voltadas totalmente contra sua sobrevivência.

**Nilto Tatto (PT-SP)** é deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

### Expediente

**Líder da Bancada:** Deputado Paulo Pimenta (RS)

**Vice-líderes:** Airton Faleiro (PA); Alexandre Padilha (SP); Enio Verri (PR); Erika Kokay (DF); Helder Salomão (ES); Marcon (RS); Maria do Rosário (RS); Marília Arraes (PE); Nilto Tatto (SP); Pedro Uczai (SC); Reginaldo Lopes (MG); Rogério Correia (MG); Rui Falcão (SP) e Zé Neto (BA)

Equipe de Comunicação da Liderança do PT na Câmara - Jornalista responsável: Rogério Tomaz Jr.

Fotos: [www.flickr.com/photos/ptnacamara/](http://www.flickr.com/photos/ptnacamara/) - E-mail: [pautaptnacamara@gmail.com](mailto:pautaptnacamara@gmail.com)

# Bolsonaro paralisa Reforma Agrária

Os deputados petistas **Valmir Assunção (BA)** e **Padre João (MG)** acusam o governo Jair Bolsonaro de paralisar a Reforma Agrária no País. Segundo os parlamentares, além de colocar em postos chaves do setor fundiário pessoas autodeclaradas inimigas da democratização do acesso à terra, o governo também corta recursos para impedir a Reforma Agrária no País.



Uma das sinalizações mais claras neste sentido, segundo Valmir Assunção, foi a nomeação de Luiz Nabhan Garcia como secretário de Assuntos Fundiários do governo federal. O órgão é responsável pela demarcação de terras e a Reforma Agrária. Garcia é ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), e já foi investigado por ligações com milícias privadas criadas para combater o MST.

O parlamentar também lembrou que Bolsonaro transferiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, comandado pela deputada licenciada Tereza Cristina. Antes de ser nomeada, ela comandava a bancada ruralista na Câmara.



LULA MARQUES

“Não menos grave, o Incra possui em seu comando o general Jesus Corrêa, que já tentou fechar o diálogo da Ouvidoria Agrária com os movimentos populares e, agora, paralisou todas as vistorias de imóveis para a Reforma Agrária”, lembrou o petista.

Segundo dados do MST, entre 2018 e 2019 o orçamento destinado à aquisição de imóveis rurais para a Reforma Agrária caiu 50%, saindo de R\$ 83,7 milhões para R\$ 42 milhões. Em 2015, o valor era de R\$ 800 milhões.

Na avaliação do deputado Padre João, a paralisação atual da Reforma Agrária acontece após drástica redução nas áreas obtidas para os assentamentos, e no número de famílias assentadas, após o golpe de 2016. Enquanto nos 13 anos de governo do PT (Lula e Dilma) a média anual de extensões de terra para a Reforma Agrária foi de 3,961 milhões de hectares, nos dois anos de governo de Michel Temer a média foi de apenas 341,5 mil hectares.

Já em relação ao número de famílias assentadas, a média anual nos 13 anos do PT ficou em 57,5 mil famílias, enquanto nos dois anos de Temer foi de apenas 5 mil famílias.

## Aumento da violência no Campo

Na última sexta-feira (12), a Comissão Pastoral da Terra - ligada à igreja Católica - divulgou o relatório “Conflitos no Campo Brasil 2018”. Segundo o levantamento, 960.630 pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo em 2018, contra 708.520 pessoas em 2017, uma aumento de 35,6%.

O relatório aponta ainda que diminuiu o número de assassinatos em conflitos no campo em 2018, com 28 mortes, em relação a 2017, quando ocorreram 70 homicídios. Porém, o deputado **Padre João (PT-MG)** - que acompanhou a divulgação do relatório na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Brasília - explicou que essa redução foi um fato isolado que dificilmente terá continuidade.

“As mortes diminuíram em 2018 por causa das eleições, pelo medo do prejuízo eleitoral. Tanto é que após as eleições o número aumentou. Em 2019, infelizmente o indicativo é que as mortes cresçam. Temos um governo que já sinalizou que não vai fazer a Reforma Agrária e que ainda vai combater os movimentos sociais do campo”, lamentou.

